

25 MAI 1988

JORNAL DE BRASÍLIA

P.4

Tese de eleições / gerais em 89 tem apoio de militares

Rubem de Azevedo Lima

Zerar todos os mandatos e realizar eleições gerais no País, possivelmente em julho do próximo ano, para que os eleitos tomem posse em 15 de novembro de 1989, data comemorativa do centenário da República, é a nova tese que começa a ter apoio de numerosos constituintes, e também conta com as simpatias de setores militares e alguns governadores cincoanistas.

Tal informação foi prestada, ontem, na Constituinte, pelo deputado Israel Pinheiro Filho, do PMDB mineiro. Segundo Israel, o próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, é simpático à idéia, sob o argumento de que num País que enfrenta crise tão séria como a do Brasil, é incompreensível que tenhamos três eleições em três anos sucessivos: 1988 (para prefeitos e vereadores), 1989 (para presidente da República) e 1990 (para as assembleias legislativas estaduais, Senado e Câmara).

Para que a tese da coincidência geral das eleições seja aprovada, faltam, no entanto, vários acertos difíceis. Em primeiro lugar, terão de ser prorrogados, por mais oito meses, os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores. Depois, o presidente José Sarney terá de abrir mão de quatro meses de governo. Por fim, os governadores, que se elegeram em 1986, perderão dezesseis meses de mandato.

Ebulição

Na realidade, entre os constituintes que consideram difícil a redução do mandato de Sarney para quatro anos apenas, o fato de o atual Presidente vencer na questão dos cinco anos tem pouco significado político. Em 1989, na hipótese de haver eleições municipais este ano e ante a expectativa de renovação do Congresso e dos governos estaduais em 1990, o presidente da República enfrentará, de um lado, as mesmas dificuldades econômicas e políticas de agora e, do outro lado, estará com sua autoridade abalada pela

campanha eleitoral a iniciar-se logo depois da Constituinte.

Assim, ainda que vença a tese do mandato de cinco anos para o atual Presidente, como quer o governo, o País, a juízo de vários chefes militares, continuará em ebulição política em 1989, com a desincompatibilização de governadores e ministros que pretendam ser candidatos à presidência naquele ano e com a realização de convenções partidárias e o início formal da campanha sucessória, nos seis meses anteriores ao pleito previsto para 15 de novembro.

Carisma

De mais a mais, existiriam, na opinião das autoridades militares, outras vantagens políticas, na realização de um pleito geral em 89: pelo menos durante três anos, em relação aos governos estaduais, ao Congresso e aos municípios, não se pensaria em eleições, havendo condições para que o País cuidasse de seus problemas econômicos e sociais. Além disso, numa eleição simultânea em todos os níveis, o resultado do pleito para a presidência da República, em dois turnos, dificilmente favoreceria as chamadas lideranças carismáticas, temidas por largos setores das Forças Armadas. De acordo com as estimativas que se fazem nessa área, para vencer uma eleição geral, qualquer candidato necessitaria do apoio de bases partidárias fortes e homogêneas. Em tais condições, os defensores da tese de zerar todos os mandatos, acham que seriam praticamente nulas as chances sucessórias do ex-governador Leonel Brizola, do Rio e do presidente do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva.

Existem, na Assembleia, emendas em favor da realização do pleito presidencial em meados de 1989, bem assim uma proposta de convocação de eleições gerais, depois da Constituinte. Regimentalmente, portanto, ambas podem ser unificadas no todo, ou parcialmente, se houver, para tanto, acordo político. O segundo turno da eleição, se aprovado o primeiro para julho de 89, realizar-se-ia em agosto do mesmo ano.